

Línguas Roubadas

A d r i a a n V a n D i s

NA DISCUSSÃO RESPEITANTE AO AMEAÇADOR CHOQUE de culturas, pelo qual as culturas dos países pobres do Sul ou são entrincheiradas ou usam armas verbais contra a arrogância dos países ricos do Norte, os tradutores podem ter um papel tão útil como prudente. Sobretudo num período em que muitos grupos populacionais desejam manter a sua identidade própria, mesmo que não tenham noção de quem, ou daquilo que realmente são, existe uma necessidade de encontrar negociadores capazes de fornecer plataformas para as línguas menos divulgadas e de encontrar modos de enriquecer as línguas mais difundidas com a cultura das línguas exóticas. Ou vice-versa.

O tradutor é um construtor de pontes entre o mundo rico e o mundo pobre.

Há alguns anos, passei vários meses na ilha de Gorée, uma antiga ilha de escravos na costa de Dakar. Gorée. Um lindo nome em holandês antigo, embora nenhum dos seus habitantes o saiba. Literalmente, significa *Goede ree*, *Goede rede*: *Good roadstead*¹, *Bonne rade*². Estas traduções são pobres, porque perdemos o eco dos seus homónimos: *Good reason*, *Bonne raison*³. Em holandês, *rede* também significa razão.

Os holandeses compraram a ilha aos portugueses e tiveram bons motivos para o fazer: Gorée era um paraíso seguro para os holandeses traficantes de escravos. Era um local onde dezenas de milhares de escravos da África Ocidental embarcavam para as Américas. E apesar das diversas mudanças posteriores de possessão da ilha – para os franceses, para os ingleses e de novo para os franceses – o transporte continuou sempre a ser da responsabilidade dos holandeses.

Os holandeses sempre foram excelentes na área de transportes. Basta olharmos para as casas e armazéns de Amesterdão: aqui e ali, sobre as portas do Herengracht ainda podemos ver cabeças de negros.

A língua francesa é o idioma oficial do Senegal, e tanto nas cidades como em Gorée, muito próxima de Dakar, um estrangeiro pode desenvolver-se bem mesmo que só fale francês. Já Inland é uma outra história. Oitenta por cento da população fala Wolof, outras línguas indígenas, e Serere, Diola, Mandinga e Sorcé, e há ainda a língua do antigo povo do deserto, os Peul, que é o Pulaar. O Pulaar é uma espécie de «língua franca» para os povos da África Ocidental, do mesmo modo que o Swahili o é para os povos da África Oriental. O Senegal tem uma cultura florescente e moderna que, especialmente no que respeita ao cinema, é muito respeitada na África Ocidental. Sembene Ousmane é o maior cineasta senegalês e é também um escritor famoso cujos livros, como *Xala* e *Les bouts de bois de Dieu* – Os pedacinhos de madeira de Deus – estão traduzidos em diversas línguas. Como todos os escritores importantes da África francófona, Ousman escreve em francês.

Vivi em Gorée para trabalhar e, tranquilamente enclausurado numa velha casa de escravos, era um dos poucos caras-pálidas de uma ilha com setecentos habitantes.

A minha presença provocou a curiosidade: o que é que eu fazia diariamente?

«Escrever.

Ah. Posso ler um dos seus livros?

Talvez. Não sei. Tenho alguns livros traduzidos para francês.

Traduzidos? Então eu não escrevia em francês?

Não. Não falo francês suficientemente bem.

Então, em inglês?

Não, escrevo em holandês.

Isso é uma língua?

Sim. É o Wolof dos Países Baixos. O Wolof dos neerlandeses. A minha língua mãe.

Mas quem é que sabe ler isso? Porque é que eu não escrevia em francês?».

Isto demonstra o que era uma conversa, tida diversas vezes ao dia, já que não havia muito mais para fazer numa ilha onde a curiosidade constitui uma carreira.

De cada vez que eu dizia que escrevia em holandês, os ilhéus riam às gargalhadas. O professor, o enfermeiro do dispensário, o guia do Museu da Escravatura, todos pessoas cultas que sabiam o que é um livro mas que, mesmo assim, achavam difícil levar-me a sério. Porque ninguém – mas ninguém mesmo – escrevia na sua língua nativa.

O professor, que me dava aulas de francês diariamente durante uma hora, dizia que em Wolof é impossível escrever um livro a sério: a pobreza da língua é verdadeiramente proibitiva. Não, quem tivesse alguma coisa para dizer, dizia-a em francês. Ou em inglês.

E eu respondi-lhe: vá até ao embondeiro da praça, onde as mulheres contam histórias umas às outras. Ligue o rádio e ouça Yousou N'Dour, que tem êxitos nas tabelas da Europa. Ou embrenhe-se pelo interior e escute os feiticeiros a relatar a história da África Ocidental em canções épicas. Chiu... Está a ouvir os pescadores a conversar, e as mães, nos pátios, a cantar canções de embalar aos seus filhos? Todos falam Wolof.

O professor falava bom francês, mas um romance africano escrito em francês era demais para ele. Percebi isso quando estávamos a ler um livro do escritor congolês Henri Lopez e eu tive de procurar mais de uma palavra simples no dicionário. O francês é a língua ensinada na escola primária mas continua a ser uma segunda língua. Durante os primeiros seis ou sete anos de vida, as crianças falam uma língua africana e, tanto fora da escola como na família, a língua falada é a língua indígena.

O francês, nos países francófonos, tal como o inglês e o português nas outras ex-colónias, é a língua dos intelectuais. Poucos escritores, se é que alguns, publicam na sua língua materna.

Ilha de Gorée, Senegal.
Fotografia de Artur Ferreira/Africa Imagens.



Embora todos os senegaleses aprendam francês na escola primária, as estatísticas mostram que menos de dez por cento da população manuseia a língua correctamente, enquanto mais de setenta por cento da população não consegue sequer ler ou escrever em francês. O que também é válido para o resto de África. Nada é mais fácil do que ensinar uma aldeia a ler e a escrever. Quando o autocarro-escola chega, todos se reúnem sob uma árvore e A é para Árvore, B é para Boi e C é para Cão. Mas, na realidade, nada é mais fácil do que esquecer. A caravana parte e ninguém volta a ver mais letras. Nunca mais. E, durante um ano, a arte de ler e escrever pertence a um passado distante e obscuro.

Portanto, os leitores dos autores africanos encontram-se nas cidades e, sobretudo, no estrangeiro e a maioria dos escritores tem os

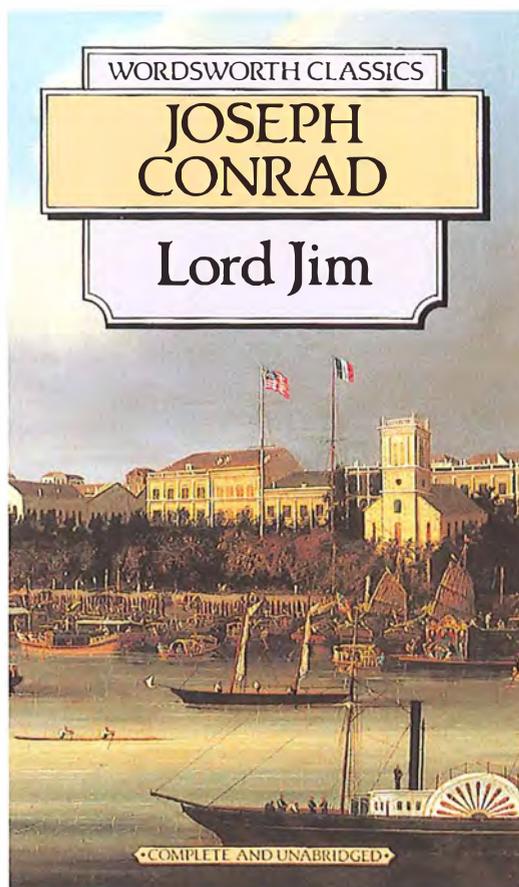
seus leitores em Londres ou em Paris. São escritores que trocaram os sons, as melodias e os ritmos da sua juventude por uma língua a que os colonizadores os forçaram.

O que também não é para corar de vergonha, nem para dizer que esta excrescência do imperialismo deve ser imediatamente irradiada. Em muitos casos não há qualquer alternativa para evitar um cumprimento na língua do colonizador. Disseram-me uma vez que nos Camarões existem 131 línguas diferentes, e que de um lado da montanha não entendem o que dizem os do outro lado. Graças a Deus, existe o francês. Mas também há algumas línguas que são partilhadas por milhões de pessoas: o Yoruba na Nigéria, o Kikuyu no Quênia, o Tshiluba no Zaire, o Shona no Zimbabué, o Tonga e o Dintangan em Moçambique e o Xhosa, ou Zulu, na

África do Sul. A Bíblia foi traduzida para todas essas línguas e somos levados a pensar que aquilo que é bom para o Livro dos Livros também é bom para um romance. Afinal, onde é que podemos encontrar mais crimes, homicídios, amor e adultério? No entanto, os escritores desses países usam o francês, o inglês ou o português, e para eles nada é mais natural que usarem uma língua emprestada. E este caso não diz só respeito a África. Os escritores da Ásia e da América Latina também optaram por usar a língua do colonizador.

Podemos ser da opinião que os africanos vão uns passos mais à frente, que eles se distanciaram do nacionalismo claustrofóbico e que escolheram uma língua comum de unificação; que, nesse sentido, estão mais avançados do que os europeus. Que pensamento ávido! É inútil pensar em África em termos de relatórios oficiais para a unidade progressiva enquanto os Estados individuais não estiverem unificados e os habitantes nem sequer souberem o que são. Temos de nos encontrar a nós mesmos antes de atingir a unidade com os outros e, ao negarmos este facto, só estamos a criar campos de sementeira para «o meu povo em primeiro lugar» – a tribo.

No período que se seguiu à independência, o grande exemplo para os jovens escritores africanos era Joseph Conrad, um polaco que escrevia em inglês e uma figura importante da literatura mundial. Se ele o podia fazer, por que não o poderiam eles? Era decerto verdade que o talento de Conrad era tal que ultrapassava o seu estranho inglês, mas aquilo que Conrad fez foi extraordinário: criou o seu inglês pessoal, usando o seu próprio idioma. Os falantes da língua asseguraram-me que a sua linguagem é por vezes tosca, de ritmo grosseiro e tem muitos adjectivos vagos. E escritores africanos como Chinua Achebe, Wole Soyinka, James Ngugi e Ben Okri escrevem num inglês muito



«No período que se seguiu à independência, o grande exemplo para os jovens escritores africanos era Joseph Conrad, um polaco que escrevia em inglês... mas aquilo que Conrad fez foi extraordinário: criou o seu inglês pessoal, usando o seu próprio idioma.»

personal, com tons africanos, provando que eles podem ser usados para fazer óptima literatura. Então, por que nos havemos de queixar?

Em primeiro lugar, porque a literatura nas suas línguas nacionais é negada aos povos de África. Se quisermos lutar contra a iliteracia, temos de arranjar livros e, na ausência de literatura significativa na língua própria, a vergonha intelectual pela língua materna não deve desaparecer tão cedo. E como é que podemos desenvolver um interesse pela literatura estrangeira se já rejeitámos a língua e a cultura do país onde nascemos? Foi isso mesmo que Soyinka e Ngugi descobriram em meados dos anos setenta, quando decidiram passar a escrever nas suas lín-

guas maternas, respectivamente o Yoruba e o Kikujú. James Ngugi trocou mesmo o seu nome inglês por um nome indígena: Ngugi wa'-Thiongo. Ambos os escritores trocaram também os seus milhares de leitores internacionais por poucas centenas de escritores nacionais. Foi um passo corajoso, que, se não estou em erro, Soyinka rapidamente retrocedeu. Ngugi wa'-Thiongo escreve agora em Kikukyu e depois traduz para inglês.

Suficientemente estranho é o facto de serem os próprios africanos a oferecer maior resistência às tentativas para estimular as literaturas nas línguas maternas. No Senegal, um grupo de linguistas americanos estão envolvidos num projecto para publicação de histórias em Wolof. Mas os intelectuais senegaleses torcem-lhes o nariz. Foi-lhes ensinado na escola que as fábulas de La Fontaine são superiores, que as vívidas fábulas africanas não se podem comparar com as francesas.

Pode-se argumentar que isso é escolha deles. A África é independente e eles têm de pensar pelas suas cabeças.

No entanto, o problema é mais profundo. Durante os últimos anos foi possível testemunhar um crescente sentimento de desagrado entre a juventude africana (e, neste caso, por africano entendo todo o Terceiro Mundo). Eles sentem-se esquecidos e desprezados. Sentem que a voz de África não é escutada e procuram consolo no nacionalismo negro, que rejeita o poderoso mundo branco. Há um desejo emotivo de um grande, místico, passado africano e o ensino universitário é cada vez mais usado como instrumento terapêutico para aumentar o auto-respeito. África é pintada como a mãe da civilização Ocidental, que foi trazida para a Europa através do Antigo Egipto, governado exclusivamente por faraós negros. Beethoven e Pushkin eram Afro-Europeus. Foi um navegador africano, e não Cristóvão Colombo, quem

descobriu a América, e o Oceano Atlântico chamava-se, antigamente, Oceano Etíope. Toda esta sabedoria é presentemente ensinada na Universidade de Dakar, mas também já a surpreendi em Harare e Maputo, onde a minha preocupação acerca da validade das teorias foi desfeita com o argumento de ser etnocêntrica ou racista.

Para piorar as coisas, estas teorias nem sequer são originárias do continente africano. Vêm, pelo contrário, dos Estados Unidos, onde professores negros militantes conquistaram a atenção de jovens negros em busca de identidade. Aqueles que são tradicionalmente desprivilegiados vêm agora a mistura de raças como uma ferramenta eurocêntrica para a supressão. No seu livro *The disuniting of America, reflections of a multicultural society*, Arthur M. Schlesinger dá inúmeros exemplos do Afro-centrismo que inundou as universidades americanas. Por exemplo, a pele branca é prova de «inferioridade genética». Leonard Jeffries, o controverso professor do City College de Nova Iorque, seduziu anfiteatros apinhados com uma doutrina racial na qual pôs a «*destrutiva raça branca das pessoas frias e materialistas*» contra a intelectualmente superior raça negra das «*peças calorosas e humanas*». E este culto da etnicidade não se encontra apenas em África e na América. Também se encontra no Magreb, onde os pobres e os deserdados procuram consolo no fundamentalismo. E entre os jovens emigrantes da Europa, que se acham esmagados sob a arrogância da cultura Ocidental.

Tudo isto, é claro, faz sentido. Confrontados diariamente com a superioridade tecnológica e económica do Ocidente, têm o desejo de readquirir o equilíbrio e a auto-estima através de um «sentimento de orgulho». Mas também reflecte uma perigosa alucinação que perturba o diálogo e resulta numa situação na qual o Ocidente é, cada vez mais, confrontado com um Terceiro

Mundo relutante em esticar os fios dos acordos internacionais para os direitos humanos e para o ambiente.

O que é que isto tem a ver com traduções? Tudo. Respeitando as outras culturas, mantendo-nos abertos a línguas com séculos de história oral, podemos acabar com a nossa arrogância. Sem, no entanto, negar os nossos próprios valores, porque eu não advogo uma forma de relativismo cultural. O tradutor não constrói apenas uma ponte de uma língua para outra. É também um arauto, que sopra as palavras de uma língua mais pequena para a vastidão do mundo, enriquecendo um pequeno país com a literatura de uma grande terra. Ele pode repor um país no mapa. Resgatar uma civilização do seu isolamento e ajudá-la a re-descobrir o seu orgulho e a sua identidade.

Na Holanda somos tentados a falar com desdém acerca de matérias como esta. Temos tanto medo do chauvinismo que, idealmente, gostaríamos de ser ignorados. Esta atitude nasceu da arrogância e não da humildade: cremo-nos tão orientados para a internacionalização que já nem sequer precisamos de ter sentido de nação.

Com a nossa orientação e energia europeias, temos um Ministro da Educação que defendia o inglês como língua de ensino nas nossas universidades. Havia um professor de holandês na Universidade de Limburg que queria despedaçar a língua holandesa. Naquilo que nos diz respeito, o inglês estava destinado a ser o nosso idioma do futuro. O holandês, como o wolof do delta. Nos departamentos científicos das nossas universidades, escrever dissertações e teses em inglês é considerado o máximo, e eu conheço alguns jovens escritores holandeses que, nas suas águas-furtadas, tentam escrever as suas obras-primas em inglês. Um dos nossos grandes escritores holandeses, Gerard Reve, tentou o mesmo nos anos sessenta, com *The Acrobat and other stories*. Não foi dos sucessos mais estron-

dos nos mercados estrangeiros: o livro estava cheio de erros.

Pessoalmente, arrepio-me só de pensar em escrever numa língua que não é a minha. Mesmo que o número de falantes de holandês fosse reduzido para 1500, eu continuaria a «fazê-lo em holandês». Se foi bom para Izak Bashevis Singer, que escreveu para o jornal yiddish *Forverts* de Nova Iorque (que só tinha meia dúzia de leitores), é bom para mim. Como é que eu posso escrever sem as vistas e os cheiros da minha primeira língua? Sem o ritmo e as estranhas palavras fora de moda do meu pai que só chegou aos Países Baixos quando tinha 31 anos? Ele veio do velho cortiço colonial indonésio e enfatizava, sem variar, erradamente todas as palavras. É aí que reside a minha inspiração: na melodia, nos sons e na mitologia dos holandeses indonésios. Sei falar inglês, mas esse idioma continua a ser, para mim, uma língua amputada. A «língua estrangeira» que meio mundo e todos os intelectuais do «continente» agora falam tem pouco a ver com o inglês falado na Grã-Bretanha. Nem sequer se trata do neo-Latim dos nossos tempos. É um monte lamacento de palavras, retiradas aos pedaços das novelas, das cantigas pop e das quentes férias em Espanha.

Graças a um tradutor, posso ler o albanês Ismael Kadare que, na minha opinião, é um dos maiores escritores europeus do nosso tempo. E graças a Kadare compreendo melhor aquilo que se passa nos Balcãs, por pouco históricos que os seus romances sejam. Kadare fala francês, vive em Paris e em Tirana, escreve cartas em francês e fala russo fluentemente. Mas, para escrever as suas histórias magníficas, prefere a sua pequenina língua materna.

Escritores da Estónia, Letónia e Lituânia, que viveram durante tanto tempo à sombra da Rússia imperialista, lutam também para serem ouvidos. Também eles precisam de tradutores para contarem ao mundo que os seus países são

independentes e obstinados, com o seu passado próprio e a sua cultura própria e muito rica. Os alemães, depois de terem descoberto que os tomates holandeses são vermelhos e sumarentos, perceberam recentemente que os escritores holandeses (como Cees Noteboom, Harry Mulisch e Margriet de Moor) sabem bem. E enquanto nós, os holandeses, temos imenso prazer em apoucar tudo quanto temos, ficámos inchados de orgulho com o reconhecimento que tivemos como «schwerpunkt» na Feira do Livro de Frankfurt de 1993. A nossa literatura parecia, finalmente, valer alguma coisa e, graças aos tradutores, conseguimos maior reconhecimento, mesmo na Holanda. Por um lado, os tradutores contribuem para a identidade nacional de um país; por outro lado, ajudam a combater o nacionalismo sufocante ao darem a conhecer literaturas e culturas estranhas.

Este é também o caso do Terceiro Mundo. Lá, os idiomas foram roubados às pessoas, juntamente com as suas crenças, a sua história e o seu orgulho. Se não queremos que eles caiam na indiferença, no ódio e no fundamentalismo, devemos assegurar o reconhecimento das suas línguas e culturas. Tal como Nadine Gordimer mencionou, claramente, no seu ensaio *Turning the page* (Leopard 2, 1993), se a África quer desenvolver uma cultura literária, terá de ir ao encontro de uma audiência africana que possa ler prosa, poesia e textos não ficcionais na sua língua materna. Como é que a literatura africana do século XX espera ter sucesso se os editores de livros em línguas africanas se restringem a manuais escolares, panfletos e opúsculos religiosos? Nós, os escritores, não podemos falar de uma literatura africana enquanto escrever nas línguas africanas não se tornar o componente mais importante da literatura do continente. Sem isto não podemos falar de uma literatura africana. Tem de ser esta a base das correntes culturais que deverão, ao mesmo tempo, estimular

e lutar por essa literatura. Se a democracia africana deve ter hipóteses de sobrevivência, tem de ser baseada na sua cultura própria e, em primeiro lugar, esse é um problema que tem de ser confrontado e resolvido pelos próprios habitantes. As pessoas do Terceiro Mundo que tiveram a sorte de ter mais educação são perfeitamente bilingues. Não deveriam ter dificuldades para traduzirem os seus melhores autores – tão famosos no estrangeiro – para as línguas maternas.

Quanto mais traduções tiver na sua língua mãe, mais rica é a cultura ela própria, mas há muita, muita gente no mundo que não pode experimentá-las. A publicação, a impressão e a distribuição não fazem parte das ajudas de desenvolvimento. Em toda a África a Sul do Saara, há pouquíssimos jornais publicados nas línguas indígenas (exactamente quantos é algo muito difícil de contar. Vinte? Trinta? Qualquer que seja o número correcto é insuficiente). E esta situação é estimulada e mantida por ditaduras que têm como máxima «quanto menos souberem menos se intrometem», enquanto os políticos que precisam de votos mostram, de repente, uma vocação surpreendente para a língua local. Uma África onde as pessoas não têm voz própria é um campo fértil para ressentimentos populistas; é então que o tribalismo ergue a sua cabeça horrenda e cria uma situação que se concebe não só para África mas também para a Europa, onde antes era a União Soviética, e na Ásia.

A tarefa dos tradutores e dos editores é devolver às culturas oprimidas e ameaçadas as suas línguas próprias.

Traduzido por Charlie Murphy para a língua inglesa e por Irene Fialho para a língua portuguesa.

¹ Em inglês no original. «Enseada amena» [N. T.].

² Em francês no original. «Angra amena» [N. T.].

³ Em inglês e francês no original. «Boa razão» [N. T.].